



Aponte a câmera do celular para o QR Code e assista a uma reportagem sobre a saída da Hungria do TPI

Editora: Ana Paula Macedo
anapaula.df@dabr.com.br
3214-1195 • 3214-1172



EUROPA

Adeus à Corte de Haia

Durante visita de Netanyahu, o primeiro-ministro da Hungria, Viktor Orbán, anuncia a retirada do país do Tribunal Penal Internacional e acusa o organismo de agir por motivação política, ao determinar a prisão do premiê israelense

» RODRIGO CRAVEIRO

O governo de Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria, fez o anúncio durante a visita de Benjamin Netanyahu a Budapeste — a primeira viagem do premiê israelense ao exterior, alvo de uma ordem de prisão do Tribunal Penal Internacional (TPI) desde 2023. Gergely Gulyas, chefe de gabinete de Ornán, revelou no Facebook que o país está “deixando o TPI”. “O governo iniciará o processo de retirada, de acordo com o marco legal internacional”, assegurou. Acusado de crimes de guerra e de crimes contra a humanidade pela matança de palestinos na Faixa de Gaza, Netanyahu celebrou a decisão “corajosa” de Orbán e chamou a Corte de Haia de “corrupta”. “A amizade entre a Hungria e Israel está mais forte do que nunca! A Hungria apoiou Israel no ataque assassino do Hamas e, hoje, apoia Israel no ataque à hipocrisia do Tribunal Penal Internacional em Haia”, declarou, em mensagem publicada na rede social X. Enquanto era recebido com honras no Palácio Sándor, as Forças de Defesa de Israel (IDF) bombardeavam uma escola em Gaza (**leia abaixo**).

Viktor Orbán saiu em defesa de Netanyahu e acusou o TPI de intervir em um conflito aberto, por “motivos políticos”. Horas depois do anúncio de Gulyas, o próprio líder nacionalista húngaro confirmou a saída de seu país da Corte de Haia. “O TPI tornou-se um tribunal político, evidente nessa caça às bruxas contra o premiê Netanyahu. Não apoiaremos uma Corte que alveja democracias, como Israel, para ganho político. A Hungria defende o Estado de Direito. A Hungria está ao lado de Israel”, escreveu em seu perfil na rede social X. Ante a postura de Netanyahu de desafiar Haia com a visita oficial à Hungria, a Autoridade Palestina

Attila Kisbenedek/AFP



O TPI tornou-se um tribunal político, evidente nessa caça às bruxas contra o premiê Netanyahu. Não apoiaremos uma Corte que alveja democracias, como Israel, para ganho político”

Viktor Orbán, primeiro-ministro da Hungria

pediu que Budapeste cumpra com a ordem de prisão, “entregando imediatamente Netanyahu para que compareça perante a Justiça”. A previsão é de que o chefe de governo israelense fique na capital húngara até domingo.

Lamento

Por meio de um comunicado publicado em seu site, o TPI

lamentou a decisão de Orbán. “Quando um Estado-membro se retira do *Estatuto de Roma* — o tratado fundador da Corte de Haia —, isso obscurece nossa busca compartilhada por justiça e enfraquece nossa determinação de combater a impunidade”, advertiu o organismo. “O TPI está no centro do compromisso global com a responsabilização e, para manter sua força, é fundamental que a comunidade

A amizade entre a Hungria e Israel está mais forte do que nunca! A Hungria apoiou Israel no ataque assassino do Hamas e, hoje, apoia Israel no ataque à hipocrisia do TPI em Haia”

Benjamin Netanyahu, primeiro-ministro de Israel

internacional o apoie sem reservas. A Justiça exige nossa unidade”, acrescentou. A Presidência da Assembleia dos Estados-partes do *Estatuto de Roma* instou a Hungria a continuar a ser parte do tratado. Também salientou que cada país-membro tem o direito de expressar suas preocupações e encorajou a Hungria a travar uma “discussão significativa” sobre o tema. Elizabeth Evenson, diretora do

Programa de Justiça Internacional da organização não governamental Human Rights Watch (HRW), afirmou ao **Correio** que “a retirada da Hungria do Tribunal Penal Internacional demonstra até onde o governo de Viktor Orbán está disposto a ir a fim de diminuir a proteção aos direitos humanos, globalmente, e o respeito ao Estado de Direito para os cidadãos, inclusive na própria Hungria”. “O TPI

Eu acho...

Arquivo pessoal



"Apelamos ao Parlamento da Hungria para que não dê sinal verde para a saída do país da Corte de Haia.

Esperamos que a União Europeia e todos os outros países-membros do Tribunal Penal Internacional, incluindo o Brasil, pressionem a Hungria a continuar fazendo parte da comunidade de Estados dedicados a apoiar as vítimas dos piores crimes."

Elizabeth Evenson, diretora do Programa de Justiça Internacional da organização não governamental Human Rights Watch (HRW)

é um tribunal de última instância, ao qual as vítimas podem recorrer quando não existe outra opção para a busca pela justiça”, acrescentou a diretora da HRW.

Na prática, a retirada de um país-membro do *Estatuto de Roma* somente passa a vigorar um ano depois de o seu governo apresentar oficialmente a solicitação ao Secretariado-Geral da ONU. Em fevereiro passado, o americano Donald Trump, outro líder conservador, impôs sanções à Corte de Haia e denunciou o órgão por “ações ilegais e infundadas contra os EUA” e seu “aliado próximo, Israel”.

A decisão de Orbán põe fim a uma adesão que durava 26 anos. A Hungria firmou o *Estatuto de Roma* em 1999 e o ratificou dois anos depois, no primeiro mandato do nacionalista. Budapeste jamais promulgou a convenção associada ao texto, por alegar que ela não está alinhada com sua Constituição.

Ataque a escola deixa 31 mortos em Gaza

O vídeo foi enviado ao **Correio** pelo jornalista palestino Motasem Dalloul, morador da Cidade de Gaza, pouco antes de a notícia repercutir nos sites de notícias. As imagens mostram um homem carregando um garoto ferido para dentro do hospital, que está lotado. Há feridos gravemente espalhados pelo chão, em meio aos mortos. Crianças cobertas de poeira e machucadas dividem uma maca; algumas delas choram.

"Incredível. Novo massacre, depois de um bombardeio israelense à Escola Dal al Arqam, um abrigo para deslocados internamente, no bairro de Al Tuffah, na Cidade de Gaza", escreveu Dalloul, na mensagem de WhatsApp.

A Defesa Civil de Gaza informou que o ataque aéreo deixou pelo menos 31 mortos e mais de 100 feridos. A escola servia de lar provisório para palestinos que fugiram do norte de Gaza. Por meio

de nota, as Forças de Defesa de Israel (IDF) informaram que o ataque teve como alvo um "centro de comando e controle do (grupo islamita) Hamas na área da Cidade de Gaza". "O local foi utilizado por terroristas para planejar e executar ataques contra civis israelenses e tropas das IDF", acrescentou o comunicado.

Ao ser questionado pela agência de notícias France-Presse, o Exército israelense afirmou que "não pode"

confirmar se o bombardeio atingiu a escola. O médico e ativista palestino Mustafa Barghouti, secretário-geral da Iniciativa Nacional Palestina e potencial sucessor do presidente Mahmud Abbas, disse ao **Correio** que Rafah, no sul de Gaza, está totalmente destruída. "Isso é o resultado da falta de reação internacional ao genocídio israelense e a crimes de guerra. Esse é um dos resultados da impunidade que Israel desfruta", denunciou. (RC)

Omar Al-Qattaa/AFP



Crianças feridas atendidas no Hospital Ahli Arab, na Cidade de Gaza

NICARÁGUA

Peritos da ONU acusam 54 autoridades de graves violações

“A verdade pesa. Hoje, esse peso caiu sobre os responsáveis pela repressão na Nicarágua”, declarou ao **Correio** Félix Maradiaga, ex-preso político e principal líder da oposição ao presidente nicaraguense, Daniel Ortega. Foi uma menção ao relatório do Grupo de Peritos em Direitos Humanos das Nações Unidas para a Nicarágua, que tornou públicos os nomes de 54 autoridades “responsáveis por graves violações dos direitos humanos, abusos e crimes, os quais alimentam uma campanha de repressão sistemática” no país da América Central. Entre eles, estão o próprio Ortega e a primeira-dama (e vice-presidente), Rosario Murillo, magistrados, deputados, militares e policiais. “Essa revelação histórica confirma o que nós, vítimas da repressão, temos denunciando durante anos: na Nicarágua, houve uma política de Estado deliberada,

da ditadura sandinista, para silenciar a dissidência a qualquer custo”, acrescentou.

De acordo com Maradiaga, o relatório dos especialistas da ONU é uma “radiografia precisa da sede de sangue da ditadura sandinista e de como ela estruturou o terrorismo de Estado”. “O informe expõe, em 234 páginas, como o aparato repressivo do regime atuou de forma coordenada, desde as mais altas esferas de poder até os níveis locais”, disse o líder opositor, por telefone. “O ditador Daniel Ortega e a coditadora Rosario Murillo encabeçam a cadeia de comando da repressão junto a generais do Exército; o chefe da polícia sandinista, Francisco Díaz; juízes; e outros altos funcionários da ditadura, incluindo o presidente da Corte Suprema de Justiça, Marvin Aguilar.” Também foram citados os líderes do Congresso e do Ministério Público.

Inti Ocon/AFP



Vendedor de sorvete passa em frente a outdoor com as fotos de Ortega e Murillo, em Manágua

Carlos Fernando Chamorro, diretor da revista nicaraguense *Confidencial* e dissidente exilado na Costa Rica, disse à reportagem que o relatório representa “um grande desafio para os tribunais internacionais e a Justiça

universal para que ponham em marcha processos criminais contra os responsáveis pela repressão”. “Com o trabalho da imprensa independente e este relatório de especialistas da ONU, a Nicarágua está

conseguindo restaurar a memória e a verdade, mas ainda há um longo caminho a percorrer para que se alcance justiça”, opinou.

Em entrevista ao **Correio**, por e-mail, Reed Bródy — um dos peritos que assinam o relatório da ONU — elogiou o resultado do trabalho do grupo. “Pela primeira vez, estamos divulgando dezenas de nomes da máquina de repressão. Não se trata mais apenas de abusos e crimes — trata-se também das pessoas que os fizeram acontecer. O que expusemos é um sistema projeto para dominar e silenciar. Cada instituição foi cooptada para servir a essa meta”, declarou.

Para Bródy, mais do que um relatório, o documento é um “processo de responsabilização”. “A comunidade internacional não deve simplesmente testemunhar, mas deve tomar

medidas concretas — ações legais, processos e sanções específicas — para responsabilizar o governo e os perpetradores individuais”, defendeu o especialista das Nações Unidas.

Ex-guerrilheiro sandinista de 79 anos, Daniel Ortega governou a Nicarágua nos anos 1980, depois do triunfo da revolução, e está no comando do país desde 2007. Ele e Murillo se autodenominaram “copresidentes” depois de uma reforma constitucional e apertaram o cerco à oposição desde as manifestações de abril de 2018, que terminaram com mais de 300 mortos. Presidente do grupo de especialistas da ONU, Jan-Michael Simon, explicou à agência France-Presse que o documento “expõe a anatomia de um sistema de governo que transformou cada braço do Estado em uma arma contra seu próprio povo”. (Rodrigo Craveiro)